



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

CIDADES

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2016

B-3

Juízes e promotores pedem ajuda a senadores

Profissionais estão preocupados com projeto de lei de abuso de autoridade e analisam como retrocesso para sociedade

Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

Juízes e promotores de Justiça, que formam a Frente Associativa da Magistratura e Ministério Público (Frentas), estão preocupados com o projeto de lei de abuso de autoridade, em tramitação no Congresso Nacional. O presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Antônio Henrique de Almeida Santos, vê como um retrocesso que prejudica toda a sociedade. “Essa lei vai tolher as ações de combate ao crime, principalmente os de corrupção”, frisou o magistrado, durante reunião que teve, ontem pela manhã, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com os senadores sergipanos

Ricardo Franco e Eduardo Amorim.

Do jeito que está o projeto de lei, que foi apresentado em 2009 na Câmara pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE), “deixa conceitos muito abertos para que sejam interpretados”, disse Antônio Henrique. Hoje, segundo Henrique, se a pessoa entender que um juiz fez uma interpretação errada num processo poderá dizer que ele cometeu abuso de autoridade e processá-lo. “Sem ferramentas, não tem como se combater o crime”, frisou o juiz.

A preocupação de Antonio Henrique é a mesma da presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra), Flávia Pessoa. Ela teme que essa lei amordace a todos e impeça a atuação das autoridades no combate à corrupção. “Esperamos que to-

dos os pontos sejam discutidos”, frisou Flávia.

Já o presidente da Associação Sergipana do Ministério Público, Nilzir Soares, reconhece que lei atual é da década de 60 e demanda revisão, “só que que não pode ser feita de forma açodada. As entidades representativas Ministério Público e magistratura enxergaram nessa iniciativa uma retaliação no combate à corrupção. A lei não pode ser revista a toque de caixa e repique de sino. Somos a favor da revisão, mas que seja de forma coerente, ouvindo toda a sociedade”, disse.

Subsídios

A além do projeto de lei, os promotores e magistrados convidaram os senadores

para discutirem sobre os subsídios da categoria, que está em tramitação no Congresso. Segundo Flávia Pessoa, a recomposição salarial deveria ter ocorrido no início do ano, mas até agora não há nenhuma definição.

O senador Eduardo Amorim ouviu os magistrados e promotores de Justiça e disse que vai levar as demandas deles para o Senado. Ele defende que a lei não retroaja e venha a prejudicar a sociedade, mas ao ser questionado se era contra o projeto de lei de Raul Jungmann ele desconversou: “Considero que tudo tem que ser revisto, vamos avaliar para avançar e tomar cuidado para não retroceder às conquistas do povo brasileiro”.